

# Presidente da Fiesp denuncia sangria

# Brasil pagou R\$ 4,7 trilhões de juros em 10 anos

Fotomontagem HP



### Ildo aponta falta de investimentos e manutenção como causas do apagão em SP

Para o professor do Instituto de Energia da USP e ex-diretor da Petrobrás, Ildo Sauer, o problema está na falta de supervisão e manutenção das empresas. “Como eu tenho dito, embora a amplitude desse episódio não tenha sido em nível nacional, a frequência com que, em todas as regiões do Brasil, têm ocorrido esses episódios, reforça as constatações anteriores de que os sistemas de transmissão e distribuição no Brasil estão fragilizados e, na nossa leitura, em decorrência da falta de investimentos em manutenção preventiva centrada em confiabilidade e na falta de transparência com que o sistema regulatório está agindo”, afirmou. **Página 2**

### Apagão acontece quando Eletrobrás privatizada executa plano de demissões

O apagão ocorrido no sábado (31), em São Paulo, atingiu aproximadamente 20 bairros da capital paulista e mais seis de Guarulhos e afetou ao menos 2 milhões de pessoas. O apagão acontece no momento em que a Eletrobrás, que foi privatizada em junho de 2022, pelo governo Bolsonaro, realiza um Plano de Demissão Voluntária (PDV), atingindo os funcionários mais experientes. **Página 4**



### Nas bancas toda quarta e sexta-feira



ANO XXXIII - Nº 3.969 4 a 10 de Setembro de 2024



# Lula critica privatizações: “vender Eletrobrás foi crime de lesa-pátria”



1954: o povo, no Rio de Janeiro, acompanha o féretro de Getúlio, em sua última viagem

## A herança de Getúlio é o Brasil

“Na verdade, Getúlio, à frente do povo brasileiro, fundou o Estado nacional, o Estado público, o Estado popular, onde antes existia um Estado de casta, dominado por meia dúzia, em

suma, um Estado oligárquico e excludente”, afirma **Carlos Lopes**, diretor-geral do HP e vice-presidente do PCdoB, em texto que serviu de base à sua intervenção no debate “**Getúlio Vargas – 70 anos da vida**

para a história”, realizado no dia 24 de agosto, no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, na sede da Umes, em São Paulo. O evento contou também com a participação de Beto Almeida, diretor do jornal Brasil Popular

e membro da Junta Diretiva da Televisión del Sur (TeleSUR). O texto será publicado nesta e nas próximas edições para que o leitor conheça mais o papel deste gigante líder que mudou a história do país. **Página 8**

### Criado pela China, avião atinge a marca dos 500 mil passageiros

O avião de passageiros de grande porte C919, desenvolvido de forma independente pela China, ultrapassou no domingo (1) a marca do meio milhão de passageiros transportados. Desde o início das operações

comerciais em 28 de maio de 2023, o jato superou a marca das 10 mil horas de voo e dos 3,7 mil voos comerciais. A primeira aeronave foi entregue à China Eastern Airlines em 9 de dezembro de 2022. **Página 6**



Divulgação



### “É necessário apoiar mais os setores produtivos”, defende Josué Gomes

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva (foto), destacou, durante evento em São Paulo, na quinta-feira (29), que os gastos do governo brasileiro com o pagamento de juros, nos últimos 10 anos, atingiu R\$ 4,7 trilhões até dezembro de 2023.

Somados, no mesmo período, os investimentos na saúde (R\$ 1,85 trilhão), na educação (R\$ 1,7 trilhão) e em infraestrutura (R\$ 833 bilhões) chegaram a R\$ 4,38 trilhões, menos que o valor pago em juros pela União. “O Brasil vai se tornar um país verdadeiramente próspero, o dia que invertermos essa equação”. **Página 2**

O presidente afirmou, na terça-feira (27), durante visita oficial ao Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) da Telebrás, que há determinados serviços que devem ser inexoravelmente do Estado. A Telebrás foi uma das empresas retiradas pelo governo Lula do rol de empresas a serem privatizadas. “Tem coisas que têm que ser, inexoravelmente, do Estado. É assim na Alemanha, na França, nos Estados Unidos”, denunciou Lula. **Página 3**

### Por unanimidade, Supremo mantém suspenso o X de Musk no Brasil

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou por unanimidade, na segunda-feira (2), a determinação do ministro Alexandre de Moraes de suspensão do X (antigo Twitter) no Brasil, enquanto a rede social não cumprir a legislação e pagar as multas de R\$ 18 milhões por descumprir ordens judiciais. O julgamento aconteceu através do plenário virtual, quando os ministros depositam seus votos por escrito no sistema eletrônico do STF. **Página 3**

Operação resgata 593 trabalhadores em situação análoga à escravidão em 15 Estados e no DF

Uma operação contra o trabalho análogo a escravidão, realizada entre o dia 19 de julho e 28 de agosto de 2024, resgatou 593 trabalhadores em maior operação da história do país. A Operação Resgate IV ocorreu em 15 estados e no Distrito Federal, conduzida por uma força-tarefa composta por seis instituições federais. **Página 5**

# Kamala diz que vai enviar mais armas para a ditadura de Israel



# “Vender Eletrobrás foi crime de lesa-pátria”, afirma Lula



Plenário físico da Primeira Turma do STF  
**Primeira Turma do Supremo decide, por unanimidade, referendar derrubada do X**

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou por unanimidade, na segunda-feira (2), a determinação do ministro Alexandre de Moraes de suspensão do X (antigo Twitter) no Brasil, enquanto a rede social não cumprir a legislação e pagar as multas de R\$ 18 milhões por descumprir ordens judiciais.

O julgamento aconteceu através do plenário virtual, quando os ministros depositam seus votos por escrito no sistema eletrônico do STF.

Os serviços da rede social no Brasil foram suspensos na noite de sexta-feira (30), depois da empresa, que é propriedade de Elon Musk, não indicar nenhum representante legal.

A Primeira Turma do STF decidiu que a rede social só poderá ser restabelecida quando cumprir as decisões de bloqueio de conteúdos criminosos, pagar as multas de R\$ 18 milhões e indicar seu representante legal no Brasil.

Os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux seguiram o voto do relator, Alexandre de Moraes.

Alexandre de Moraes contou em seu relatório que um inquérito descobriu que contas no X estavam divulgando “dados pessoais, fotografias, ameaças e coações” de policiais que estavam envolvidos nas investigações sobre a tentativa de golpe de estado.

Por isso, foi determinado o bloqueio das contas que estavam realizando essa atividade criminosa. Elon Musk e o X decidiram não cumprir a decisão e manter as publicações no ar.

Segundo o ministro, Elon Musk e suas empresas não querem “se submeter ao ordenamento jurídico e Poder Judiciário brasileiros, para instituir um ambiente de total impunidade e terra sem lei nas redes sociais brasileiras, inclusive durante as eleições municipais de 2024”.

O relatório ainda aponta a instrumentalização do ex-Twitter “por meio da atuação de grupos extremistas e milícias digitais nas redes sociais, com massiva divulgação de discursos nazistas, racistas, fascistas, de ódio, antidemocráticos, inclusive no período que antecede as eleições municipais de 2024”.

O ministro Flávio Dino, que acompanhou o relator, escreveu que trata-se de um caso de soberania nacional. “O poder econômico e o tamanho da conta bancária não fazem nascer uma esdrúxula imunidade de jurisdição”, afirmou.

“Uma empresa que efetua ou protege agressões, recusa-se reiteradamente a cumprir ordens judiciais, foge deliberadamente das suas responsabilidades legais, despreza a ética”, continuou.

Já a ministra Cármen Lúcia destacou que a decisão do ministro Alexandre de Moraes “é grave, é séria e fez-se necessária”.

“O descumprimento reiterado e infundado do Direito brasileiro e da legislação nacional há de receber a resposta judicial coerente com essa ação, o que se deu no caso, conduzindo à suspensão determinada”, disse.



Lula em visita ao Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) da Telebras  
**Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação rebate as desinformações do UOL: recursos são “uma conquista”**

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) divulgaram uma nota rebatendo acusações feitas pelo UOL em reportagem sobre o apoio à inovação na indústria brasileira e disse que o aumento do investimento na área “é uma conquista”.

A reportagem do UOL foi publicada na quinta-feira (29) com o título “PT e PCdoB criam ‘BNDES paralelo’ com verba de ciência e tecnologia”. O texto diz que a matéria tem “título tendencioso” e que contém “um conjunto de equívocos conceituais e de informativos sobre o papel fundamental que a FINEP vem desempenhando no apoio à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação no país”.

A nota do Ministério, que é dirigida pela presidente do PCdoB, Luciana Santos, explica que “não há antagonismo ou competição entre a FINEP e o BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social] no apoio ao desenvolvimento econômico nacional. Ambas as instituições exercem funções convergentes e complementares”.

A reportagem cita, por exemplo, que os créditos oferecidos pela Finep a empresas com



Luciana Santos, ministra da Ciência e Tecnologia em que se busca garantir que o apoio seja direcionado a projetos efetivamente inovadores, de risco tecnológico, e que sejam benéficos a toda a sociedade”.

Os projetos são recebidos através de chamadas públicas, conforme orientação da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Ministério e a Finep afirmam ainda que “a robustez recente (2023-2024) dos recursos do FNDCT [Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, controlado pela Finep] é uma conquista muito bem-vinda, especialmente considerando o período de 2016 a 2022, quando o Fundo foi reduzido e sua verba contingenciada, deixando universidades, centros de pesquisa e empresas de todos os portes à míngua”.

Cada projeto, continua a nota pública, “passa por rigoroso processo de análise” e é analisado “em mais de 10 diferentes critérios,

“Tem coisas que têm que ser, inexoravelmente, do Estado”, defendeu. Ele criticou a sanha privatista e o entreguismo que se abateu sobre a Petrobras, Eletrobrás, Correios

“O presidente Lula (PT) afirmou, na terça-feira (27), durante visita oficial ao Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) da Telebras, que há determinados serviços que devem ser inexoravelmente do Estado. A Telebras foi uma das empresas retiradas pelo governo Lula do rol de empresas a serem privatizadas.

“Tem coisas que têm que ser, inexoravelmente, do Estado. É assim na Alemanha, na França, nos Estados Unidos. Muita gente nesse país foi levada pela teoria de que tem que abrir o mercado para todo mundo, que o importante é o livre acesso ao comércio. ‘Livre acesso ao comércio’ quando é para eles venderem os produtos deles aqui dentro. Quando é para a gente vender lá fora a gente sabe a dificuldade que é”, denunciou Lula.

**HIPOCRISIA**  
“O que falta nesse país são as autoridades, o governo, terem o mínimo de brio, de orgulho de ser brasileiro e pensar um pouco nesse país, naquilo que o Estado pode oferecer para o bem-estar da sociedade, para a soberania da sociedade. E uma empresa como essa aqui [Telebras] é uma garantia de que a gente pode discutir inteligência artificial sem precisar ficar subordinado a apenas duas ou três nações que já estão na frente”, destacou o presidente.

“Nós vivemos momentos no Brasil de muitos sonhos e esperanças. Depois, vivemos momentos de muita incerteza, em que tudo que era bom tinha que ser privatizado, tinha que vir do estrangeiro”, acrescentou Lula, referindo-se a Eletrobrás, a Petrobras e outras empresas públicas. “Fico sempre lembrando quantas vezes tentaram privatizar a Petrobras”, observou. “Em vez da gente tratar a empresa como orgulho desse país, uma das empresas mais extraordinárias que já foram feitas, em 1953 pelo presidente Getúlio Vargas, desde lá sempre aparece alguém achando que tem que privatizar”, disse Lula.

O presidente denunciou o esquartejamento das empresas públicas. “E quando há dificuldade de privatizar, eles vão vendendo ativos separados e vão tentando separar o corpo. Eu vendo um braço, uma perna, uma orelha, os dentes... Ou seja, quando você volta, você percebe que a empresa está desmontada e não está cumprindo seu papel. Foi assim que foi feito com a Eletrobrás. Agora, mais recentemente, nós vimos a privatização da Sabesp”, apontou.

Ele criticou também a venda da Vale. “A Vale, que tinha uma diretoria, eu sabia quem era o presidente, a gente sabia quem era. Hoje nessa discussão que a gente está, de fazer um acordo para receber o dinheiro de Mariana, o dinheiro que prometeram pro povo, você não tem dono... E que nem cachorro de muito dono, morre de fome ou morre de sede porque todo pensa que colocou água, todo

pletamente natural”, “criar hábitos desencadeadores de sucesso”, “desenvolver Autoconhecimento e Autoimagem” e “instalar drives mentais de alto impacto emocional”, entre outros pontos.

Um dos processos contra os cursos promovidos por Marçal é da produtora de eventos Katia Scalone, que exige receber de volta os R\$ 85 que pagou “por serviços não prestados e mais R\$ 100 mil em danos morais”.

Katia contou no processo que estava em uma situação de vulnerabilidade por brigas na família e conflitos no casamento quando conheceu, através da internet, os cursos de Marçal.

Em dezembro de 2023, ela pagou para ir a uma palestra do “coach” em Alphaville, na Grande São Paulo. Segundo ela, a palestra “pega muito no emocional”.

## Exército abre inquérito contra disseminadores do golpe bolsonarista nas Forças Armadas

O Exército Brasileiro abriu na terça-feira (27) um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar quatro militares por crimes relacionados à elaboração do manifesto golpista intitulado “Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro”. O grupo queria implantar uma ditadura entreguista no Brasil, sob o comando de Bolsonaro, e tentou convencer o comando do Exército a aderir ao golpe.

E sabido hoje que, na ocasião desses acontecimentos, o Comandante do Exército, general Freire Gomes, se recusou a participar da trama golpista da trupe bolsonarista, ameaçou prender o chefe do golpe e impediu a sua concretização. Ao perceber que não teriam o apoio das Forças Armadas para seus planos, Jair Bolsonaro e seu grupo, numa ridícula macaqueação do fascismo trumpista, insuflaram a invasão e depredação do Congresso Nacional, do Supremo

Tribunal Federal e do Palácio do Planalto.

Segundo investigações da Polícia Federal, a carta foi utilizada como instrumento de pressão ao comandante do Exército para que ele aderisse a um golpe de Estado em 2022. O militares golpistas que serão investigados são os coronéis Alexandre Castilho Bitencourt da Silva e Anderson Lima de Moura (ambos da ativa) e os coronéis Carlos Giovanni Delevati Pasini e José Otávio Machado Rezo Cardoso (os dois da reserva). O Exército tem 30 dias prorrogáveis por mais 30 para concluir o inquérito.

A abertura do inquérito foi uma consequência de uma sindicância aberta por determinação do comandante do Exército, general Tomás Paiva. A sindicância investigou a participação de 37 militares na produção, assinatura ou disseminação da carta. Desses, segundo o Exército, 26 foram punidos com base no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE),

incluindo 12 coronéis, 9 tenentes-coronéis, 1 major, 3 tenentes e 1 sargento.

A sindicância concluiu que havia indícios de crime na confecção da carta, o que levou o comandante do Exército, general Tomás Paiva, a determinar a instauração do inquérito sobre os quatro coronéis para aprofundar as investigações. Os quatro militares inicialmente citados no IPM já haviam sido ouvidos durante a sindicância.

A carta golpista entregue ao comando do Exército foi encontrada no celular do tenente-coronel e ex-ajudante de ordens da Presidência, Mauro Cid. Os investigadores suspeitam que o documento tenha sido produzido em uma reunião de militares em novembro de 2022. Em depoimento à PF no início de março, o general Freire Gomes, então comandante do Exército confirmou que tomou conhecimento da carta através do setor de Comunicação Social do Exército.

## Mídia estrangeira não vê censura e apoia decisões de Moraes contra Musk

Os principais jornais do mundo, como The New York Times, The Guardian e outros, têm noticiado as ilegalidades cometidas por Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), no Brasil e não aderiram à narrativa bolsonarista de “censura”.

A suspensão do Twitter no Brasil ocorreu na noite de sexta-feira (30), após a rede social ignorar a notificação da Justiça brasileira para apresentar um representante legal no país.

O The New York Times, um dos principais jornais dos Estados Unidos, escreveu que, com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes tem agido para “reprimir ameaças à democracia online”.

O X de Elon Musk, no entanto, “parou de cumprir” as ordens do ministro e fechou seu escritório no Brasil.

Outro jornal importante nos EUA, The Washington Post, des-

tacou que Elon Musk “está arriscando um dos maiores mercados do X para defender Jair Bolsonaro e seus apoiadores, que começaram a divulgar falsas narrativas de fraude eleitoral antes da candidatura do presidente de direita à reeleição em 2022”.

Elon Musk passou pessoalmente a disseminar mentiras sobre a democracia no Brasil. O bilionário publicou em seu perfil que Alexandre de Moraes “se envolveu em interferência eleitoral séria”, sem apresentar qualquer evidência disso.

Para o jornal The Guardian, da Inglaterra, “Elon Musk está transformando rapidamente a sua enorme riqueza – ele é a pessoa mais rica do mundo – numa enorme fonte de poder político inexplicável que agora apoia Trump e outros autoritários em todo o mundo”.

Uma coluna publicada no diário diz, logo em seu título, que “Elon Musk está fora de controle”.



# 'Trabalho intermitente não observa garantias fundamentais mínimas'



## Servidores da Fiocruz criticam intransigência do governo em negociação de reajuste e carreira

Trabalhadores da Fiocruz divulgaram, nesta segunda-feira (26), uma Carta Aberta denunciando a intransigência do governo durante as negociações de reajuste e valorização da carreira. Diante de um ultimato do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), ameaçando deixar a categoria sem nenhum reajuste para o próximo ano, foi assinado um acordo considerado injusto pelos trabalhadores da Fundação. Abaixo, a íntegra do manifesto:

### CARTA À POPULAÇÃO BRASILEIRA

As trabalhadoras e trabalhadores da Fiocruz manifestam publicamente seu descontentamento com o processo de negociação salarial conduzido verticalmente pelo Ministério de Gestão e Inovação do Serviço Público (MGI), tendo no outro lado da mesa, representando os servidores da Fundação, a Asfoc – Sindicato Nacional. Em Assembleia realizada no dia 23 de agosto, data limite estabelecida unilateralmente pelo governo, foi aprovada uma proposta que compromete a estrutura da nossa carreira. A decisão foi tomada sob a percepção coletiva e indignada de que não teríamos qualquer reajuste se não aceitássemos as condições impostas.

Reconhecemos o contexto adverso e complexo nas esferas política e econômica, marcado pela disputa do fundo público, e que diversos fatores precisam ser considerados, entre eles a política fiscal, a política de juros do Banco Central, o comprometimento do Orçamento Público da União para emendas parlamentares (cerca de R\$ 53 bilhões em 2024), e as desonerações fiscais. Também enfrentamos a pressão do mercado financeiro sobre as ações do Executivo, especialmente nas áreas de políticas sociais e setores como educação, meio ambiente e saúde.

Porém, as reivindicações dos servidores da Fiocruz e de outras categorias mobilizadas é justa, pois visam a reposição das perdas salariais decorrentes da inflação e significativa perda do poder de compra, além da equiparação dos direitos dos aposentados. Não solicitamos aumento ou reajuste salarial. Todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros com emprego formal têm direito de receber reposição salarial todo ano, seja por meio da data-base ("dissídio") ou pelo reajuste anual do salário-mínimo. No entanto, os servidores públicos da Fiocruz e a maior parte do funcionalismo federal não receberam reajustes nos últimos sete anos. Docentes de universidades, servidores das áreas de meio ambiente, IBGE, Inmetro e INPI, entre outros, também não tiveram suas reivindicações atendidas.

A desvalorização dos servidores é um reflexo do desmonte das políticas públicas ocorrido nos últimos dois governos, cujas políticas neoliberais enfraqueceram o ensino universitário público, os serviços de saúde, a preservação ambiental e a pesquisa científica. A importância desses setores e os impactos foram amplamente sentidos pela sociedade, manifestando-se em queimadas, desastres climáticos, adoecimento de povos indígenas e dificuldade de acesso a serviços de saúde. A tragédia da pandemia de Covid-19 sobre a população brasileira foi muito mais grave devido à desvalorização dos serviços públicos e da ciência.

Nesses momentos, instituições estratégicas de Estado, como a Fiocruz, demonstram sua importância e sua potência para combater as graves ameaças e desafios que a sociedade enfrenta ao buscar o acesso a direitos humanos como os benefícios da ciência e da saúde integral e universal. Por isso, valorizarmos o trabalho da Fiocruz é também valorizar toda a sociedade.

Nossas perdas salariais chegaram a 76,9% para os profissionais de nível intermediário e 65,9% para os de nível superior, ao longo de 15 anos, conforme estudos do DIEESE. Na atual negociação salarial, o governo impôs um reajuste de 14% para o período de 2025 a 2026, com reajuste zero para 2024. Este índice foi imposto a todas as carreiras do bloco de Ciência e Tecnologia e à maioria das categorias. Apesar do governo afirmar reconhecer a importância da Fiocruz para a sociedade brasileira, na prática isso não se reflete na melhoria das condições salariais. Comparativamente, outras categorias receberam reajustes maiores, variando entre 23% e 27,5%, como é o caso da 2ª Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da ABIN, do Banco Central, da Receita Federal e das Carreiras do Ciclo de Gestão.

Todas as instituições travadas no bloco dos 14% estão encarregadas de executar políticas de soberania do Estado e inclusão social. Essa condição vai muito além da discussão salarial, pois o modelo de Estado que precisamos está se distanciando do projeto eleito das urnas de 2022.

Dirigimo-nos à sociedade brasileira para alertar sobre a grave situação em que a Fiocruz se encontra causada pela distância entre o discurso e a prática do governo através de seu MGI. No discurso, a Ministra Esther Dweck reitera compromissos com processos democráticos, de negociação, que valorizem o servidor/a público. No entanto, observa-se, com espanto e indignação, que a prática de seus comissionados para com a Fiocruz ocorre no sentido contrário: conduta tecnocrática e inflexível com propostas que ameaçam a continuidade da qualidade e relevância dos serviços prestados pela Fundação à população: geração de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, ensino, assistência e promoção à saúde, vigilância em saúde, produção de insumos e imunobiológicos.

Leia a íntegra em [horadopovo.com.br](http://horadopovo.com.br)

STF



Ministro Edson Fachin votou pela ilegalidade do 'trabalho intermitente'

Sinprafarmas



## Mais de 70% dos "autônomos" querem trabalho com vínculo CLT, diz pesquisa

Com a promessa de ser a solução para o desemprego no Brasil, a "reforma" trabalhista de 2017 retirou direitos dos trabalhadores e criou novos formatos de vínculo que aumentaram seu grau de vulnerabilidade. Ao contrário do prometido, o desemprego se mantém alto (cerca de 7,5%) e 67,7% dos autônomos querem trabalhar com carteira assinada, aponta pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV-IBRE). Entre os que ganham até um salário mínimo, esse índice chega a 75,6%.

De acordo com a pesquisa, o Brasil teve um aumento de 21,7 milhões para 25,4 milhões de autônomos, entre 2017 e junho deste ano, um crescimento de 17%. "A saída de crise foram essas pessoas que migraram para a informalidade por alguma necessidade, não por desejo. [...] Esses autônomos com renda mais baixa preferem ter carteira assinada e benefícios sociais, o que o terceirizado não tem", disse Rodolpho Tobler, pesquisador da FGV IBRE responsável pelo levantamento ao portal UOL.

O desejo pela carteira assinada é maior entre os autônomos mais pobres, chegando a 75,6% dos informais com renda de

até um salário mínimo (R\$ 1.412). Entre aqueles com renda entre um e três mínimos, esse nível chega a 70,8%. Entre os que têm renda acima de três salários, mais da metade (54,6%) deseja um trabalho com vínculo CLT. "A reforma contribuiu para o aumento do trabalho flexível, mas poucos ganham bem, e preferem a CLT", diz Rodolpho.

A "reforma" trabalhista empurrou goela abaixo empregos informais e sem direitos trabalhistas como férias remuneradas, folga e 13º salário. "Uma parte das pessoas vai trabalhar por conta porque os empregos com carteira pagam mal e a reforma ainda flexibilizou [precarizou] os direitos oferecidos por ela", avalia o professor da Unicamp, José Dari Krein.

Conforme os dados do instituto, cerca de 44% dos autônomos recebem até um salário mínimo. Outros 41% recebem até 3 salários mínimos e 10% entre 3 e 5 mínimos. Apenas 4% ganham mais que 5 salários mínimos e uma minoria, de 1%, mais que 10 mínimos. Assim, a maioria esmagadora, 85%, ganha até R\$ 4.236,00.

A insegurança financeira é maior para esses trabalhadores. Enquanto apenas 45% deles conse-

guem prever sua renda para o próximo semestre, esse percentual chega a 67,5% entre funcionários com carteira assinada. A renda dos autônomos também varia muito. O salário de 19,8% deles pode oscilar mais de 20% de um mês para o outro, enquanto o mesmo acontece com apenas 4,7% entre aqueles com carteira assinada.

Com a precarização das relações de trabalho, apenas as empresas se beneficiaram. "Ao enfraquecer sindicatos, limitar o acesso à Justiça e permitir que os empregadores negociem sem os sindicatos, a reforma desequilibrou as forças e aprofundou a desorganização do mercado de trabalho. [...] Em um mercado mais vulnerável, crescem os contratos de tempo parcial e o trabalho por conta própria", ressalta Krein.

A pesquisa mostra, ainda, que a maioria dos informais é composta por homens no geral e homens negros, em particular. Dos pesquisados, 38% têm entre 45 e 65 anos, 66% são homens e 54,5% se declaram pretos e pardos. A pesquisa ouviu 5.321 pessoas e tem margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Para relator da matéria, ministro Edson Fachin, dispositivos da reforma trabalhista ameaçam também saúde física e mental do empregado

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve voltar à análise de três ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade), que tratam sobre a reforma trabalhista, mais especificamente sobre a validade do contrato de trabalho intermitente.

O contrato de trabalho intermitente foi instituído pela reforma trabalhista de 2017, durante a gestão de Michel Temer. Esse tipo de contrato permite ao empregador convocar o trabalhador por período determinado ou passar períodos do ano sem convocá-lo para o serviço, deixando o empregado sempre à disposição.

A expectativa é que o STF derrube a validade do trabalho intermitente, já que é uma das cláusulas da reforma mais criticadas pelos trabalhadores, sindicatos, confederações, federações e centrais sindicais.

De acordo com as entidades, que contestaram o modelo na Justiça – especificamente a Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviço de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro), a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empre-

sas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas (Fenattel) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) –, esse tipo de contrato fere a dignidade da pessoa humana e atenta contra a proteção do trabalho, já que o empregado não tem rotina, não sabe quando será convocado e fica à mercê do empregador.

As ADIs 5.826, 5.829 e 6.154 já começaram a ser votadas no plenário e têm dois votos a favor e dois contrários. Votaram a favor dos trabalhadores, argumentando que o contrato intermitente não respeita a Constituição, os ministros Edson Fachin, relator do caso, e Rosa Weber, que se aposentou.

No entendimento do relator, "os dispositivos da reforma trabalhista não observam as garantias fundamentais mínimas do trabalhador e promovem a instrumentalização da força de trabalho humano, além de ameaçar a saúde física e mental do empregado".

Os ministros Alexandre de Moraes e Nunes Marques votaram contra as ADIs e pela constitucionalidade do contrato intermitente.

## Operação resgata 593 trabalhadores em situação análoga à escravidão

Uma operação contra o trabalho análogo a escravidão, realizada entre o dia 19 de julho e 28 de agosto de 2024, resgatou 593 trabalhadores em maior operação da história do país.

A Operação Resgate IV ocorreu em 15 estados e no Distrito Federal, conduzida por uma força-tarefa composta por seis instituições – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O mês de agosto foi escolhido por ser um mês simbólico no combate ao trabalho escravo, por ser o mês de falecimento de Luís Gama, patrono da abolição no Brasil, que faleceu em 24 de agosto de 1882, e o Dia Internacional para a Memória do Tráfico de Escravos e sua Abolição, celebrado no 23 de agosto.

O número é 11,65% maior do que o de resgatados da operação realizada em 2023, que resgatou 532 pessoas. Os estados com mais pessoas resgatadas foram Minas Gerais (291), São Paulo (83), Distrito Federal (23) e Mato Grosso do Sul (13). Cerca de 72% do total de resgatados trabalhavam na agropecuária, outros 17% na indústria e cerca de 11% no comércio e serviços.

De acordo com informações da PF, entre as atividades econômicas com maior número de vítimas na área rural estão o cultivo da cebola (141), da horticultura (82), de café (76) e de alho (59) e cultivo de batata e cebola (84). Na área urbana, destacaram-se os resgates ocorridos na fabricação de álcool (38), administração de obras (24) e atividade de psicologia e psicanálise (18). Houve inspeção em dez ambientes domésticos e duas trabalhadoras foram resgatadas.

As equipes flagraram, ainda, 18 crianças e adolescentes submetidos a trabalho infantil, das quais 16 também estavam sob condições semelhantes à escravidão.

O diretor-geral substituto da Polícia Rodoviária Federal, Alberto Raposo, destacou a importância de operações conjuntas. "Graças à integração entre as instituições públicas é possível alcançar resultados positivos mais expressivos", disse.

Em 2022, a PRF deu suporte em ações que ajudaram a resgatar 700 pessoas da condição de trabalho análogo à escravidão. Em 2023 esse número chegou a 1.300 resgatados.

O chefe da Divisão de Repressão ao Trabalho Forçado, Henrique Oliveira Santos, da Polícia Federal, revela que a instituição conduziu 482 inquéritos policiais em todo o Brasil para investigar esse crime.

Minas Gerais lidera com 86 inquéritos, seguido por São Paulo com 66, e Pará com 47. Em todo o ano foram realizados 12 procedimentos de prisões em flagrantes com um total de 16 pessoas presas.

Alguns casos chamaram a atenção da equipe neste ano. No Mato Grosso do Sul foram resgatados 13 paraguaios em dois estabelecimentos distintos, que realizavam as atividades de carvoejamento e confecção de cercas. Foram encontradas situações degradantes de trabalho, além de servidão por dívida.

Em Pernambuco, 18 trabalhadores foram resgatados de uma clínica para dependentes químicos. Eram pacientes internados, que realizavam as atividades laborais compulsoriamente como parte da internação (atividades administrativas, de portaria, de vigilância e de alimentação). A clínica contava com 63 internos e não tinha empregados registrados. Essa fiscalização continua em andamento.

Em Minas Gerais, foram identificados 59 trabalhadores, sendo sete mulheres, das quais quatro menores de idade, em sua maioria migrantes do Maranhão residentes na região que exerciam a função de colhedores de alho em duas propriedades rurais. Eles estavam submetidos a condições degradantes de trabalho e vida.

Houve ainda, no Mato Grosso, o resgate de uma trabalhadora idosa, com 94 anos de idade. É a pessoa mais idosa a ser resgatada no Brasil. Ela trabalhava por 64 anos sem salário, sem estudar e sem constituir família. No início da ação fiscal, ela cuidava da patroa, uma senhora com 90 anos doente com Alzheimer.

Ainda de acordo com as informações da PF, foi garantido à idosa o usufruto da casa onde morava, com todas as despesas pagas pela família da empregadora, incluindo a contratação de cuidador de idosa para ela, além do recebimento de um salário mínimo por mês.

Em São Paulo, ocorreu o resgate de uma empregada doméstica, com 52 anos de idade, que foi retirada de um orfanato aos 11 anos, com tutela provisória concedida à família, nunca transformada em definitiva. Desde então, foi forçada a trabalhar na casa dos exploradores. A mulher relatou a equipe de resgate que a sua jornada era de segunda a sábado das 7h às 21h e que, aos domingos, 'passava um pano na casa'. Ela nunca tirou férias e trabalhava durante os feriados. Recebia R\$ 500,00 por mês, que chamava de agrado. A trabalhadora doméstica foi encontrada cuidando do casal empregador, hoje com 95 e 91 anos, respectivamente.

HP

CHARGE DO ÉTON



# Derrotado, Macron rejeita indicação da Frente Popular ao cargo de premiê



Lucie Castets é indicação da Frente Popular, que Macron insiste em rejeitar

## Scholz e sua coalizão Semáforo são os grandes perdedores nas eleições alemãs

O primeiro-ministro social-democrata Olaf Scholz foi o grande derrotado nas eleições do domingo em dois Estados alemães da região oriental, a Turíngia e a Saxônia, com sua coalizão Semáforo quase desaparecendo ali.

O partido de Scholz obteve minguidos 6,1% na Turíngia – seu pior resultado de sempre – e 7,6% na Saxônia. Enquanto os verdes, com 3,2%, ficaram sem representação parlamentar na Turíngia por causa da cláusula de barreira de 5% e escaparam por um triz no Estado vizinho, com 5,1%.

Já os liberais do FDP ficaram de fora nos dois Estados, mal chegando a 1% na Turíngia e menos ainda na Saxônia. A coalizão governista é apelidada de Semáforo por causa das cores dos partidos que a constituem (vermelho do SPD, verde dos Verdes e amarelo do FDP).

Segundo a Deutsche Welle, “nunca os partidos que formam a coalizão do governo federal obtiveram, resultado tão ruim em eleições regionais”.

O resultado, que nada teve de inesperado, serve de péssimo agouro para o governo quanto às eleições gerais em setembro do próximo ano, em meio à estagnação econômica em curso, perdas salariais recordes, desindustrialização, conchabos ao rearmamento, desgaste pelo apoio militar e financiamento ao regime de Kiev, tudo isso culminando no anúncio de Washington de que reinstalará em solo alemão mísseis intermediários norte-americanos, tornando Berlim, como nos idos de 1980, em alvo da guerra nuclear. E, ainda, pelo endosso ao genocídio perpetrado por Israel em Gaza.

### “RUÍNA FUMEGANTE”

A direita tradicional – sabidamente foi muito rala a



Submissão a EUA provoca crise alemã e derrota Scholz

desnazificação pós-II Guerra na Alemanha ocidental, que opera sob a legenda da “democracia cristã” (CDU), ficou em primeiro na Saxônia, com 31,9%, e em segundo na Turíngia, com 23,6% (atrás da AfD).

Resultado que, somado à desgraça de Scholz, foi comemorado pelo dirigente democrata-cristão e primeiro-ministro bávaro, Markus Söder: “o Semáforo não apenas perdeu o rumo, é ruína fumegante”.

Scholz, por sua vez, teve de admitir que foi uma derrota “amarga”. Os resultados de domingo são “um terremoto político no leste”, disse o jornal Tagesspiegel. Para os democratas, advertiu o Süddeutsche Zeitung, foi um “resultado alarmante”.

Na extrema-direita, o partido Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla em alemão) ficou em primeiro na Turíngia, com 32,8%, e ligeiramente atrás da CDU na Saxônia (30,6% a 31,9%). Assim, pela primeira vez está na condição de pleitear se tornar governo ou fazer parte – mas todas as demais forças políticas mantêm o rechaço a uma composição com a AfD.

Outro grande derrotado nessas eleições regionais foi o partido Die Linke (A Esquerda), que perdeu fragorosamente o único governo estadual que tinha, a Turíngia, depois de apoiar o

envio de armas para Kiev e a guerra de procauração da Otan contra a Rússia na Ucrânia: caiu de 31% para 13,1%. O partido chefia o governo ali há dez anos. Na Saxônia, teve de se contentar com 4,5%.

### BSW FICA EM TERCEIRO

O partido de oposição recém fundado, Aliança Sahra Wagenknecht (BSW), encabeçado pelos parlamentares de Die Linke que romperam com a deriva do partido até à Otan, obteve respectivamente 15,8% e 11,8% dos votos, chamando a defender os direitos sociais, o não envio de armas para Kiev, saída diplomática para a crise na Ucrânia e rechaço a uma volta dos mísseis do EUA a solo alemão. Nos dois estados, a BSW se tornou a terceira força política.

Para a líder do partido, Sahra Wagenknecht, a coalizão Semáforo foi “justamente punida” porque decidiu ignorar o povo. Quando questionada se achava que Scholz deveria pedir um voto de confiança ao Bundestag, ela disse: “Seria apropriado”.

Curiosamente, a AfD tem uma posição mais independente daquela do Semáforo e da democracia-cristã, em relação à guerra por procauração da Otan contra a Rússia na Ucrânia, sendo contra o envio de armas.

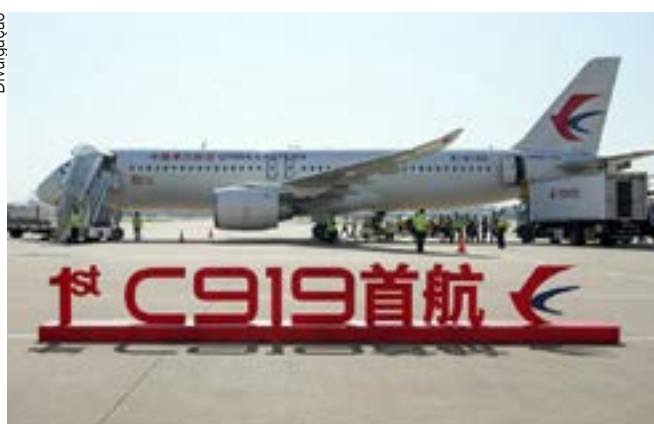
## Desenvolvido pela China, avião de grande porte passa a marca de 10 mil horas de voo

O avião de passageiros de grande porte C919, desenvolvido de forma independente pela China, atingiu um marco neste domingo (1) ao ultrapassar a marca do meio milhão de passageiros transportados. Desde o início das operações comerciais em 28 de maio de 2023, o jato superou a marca das 10 mil horas de voo e dos 3,7 mil voos comerciais.

A primeira aeronave de passageiros de grande porte C919 foi entregue à China Eastern Airlines em 9 de dezembro de 2022, com a empresa operando em cinco rotas regulares que conectam Shanghai a Chengdu, Beijing, Xi’an e Guangzhou, bem como Beijing a Xi’an.

Em um processo de expansão que é crucial, a produção da aeronave conseguiu um novo marco na quarta-feira (28) ao ser entregue para duas companhias diferentes: a Air China e a China Southern Airlines.

A Air China optou por uma versão de autonomia estendida do C919, configurada em 158 assentos em duas classes: oito na executiva e 150 na econômica. Já a China Southern Airlines selecionou o modelo de autonomia padrão, com



Aerônave C919 na cerimônia de entrega à China Eastern

uma configuração de três classes e 164 assentos, sendo oito na executiva, 18 na econômica premium e 138 na econômica.

Ambas as aeronaves são equipadas com configurações de cabine personalizadas, incluindo assentos diferenciados e opções abrangentes de energia no assento, refletindo um foco no conforto de passageiro e flexibilidade operacional.

A entrega foi concluída na unidade de montagem final da Commercial Aircraft Corporation of China (COMAC) no distrito de Pudong em Shanghai.

A Administração Estatal

de Aviação Civil da China (CAAC, em inglês) emitiu a documentação necessária, incluindo registro de nacionalidade, certificados de aeronavegabilidade e licenças de estação de rádio.

Em expansão, a China tem o potencial de converter-se nos próximos 17 anos no maior mercado de aviação civil do mundo. De acordo com uma previsão divulgada pela COMAC para o período 2022-2041, a previsão é de que sejam produzidos internamente no país 9.284 novos jatos de passageiros, incluindo 6.288 jatos de corredor único.



Jaafar Ashtiveh/AFP

## Blindado de Netanyahu na rua em Jenin Kamala ignora genocídio de Netanyahu em Gaza e lhe garante mais armas

Enquanto o mundo arde, com a guerra por procauração da Otan contra a Rússia na Ucrânia, a mais perigosa confrontação desde a crise dos mísseis no Caribe; com o genocídio em Gaza que Netanyahu tenta transformar em uma guerra generalizada no Oriente Médio; mais a tentativa de fabricar uma ‘Otan do Pacífico’ para fechar o cerco à China; e quando a Federação dos Cientistas Americanos adianta seu Relógio do Juízo Final para 90 segundos para a Meia Noite, a parte sobre as relações externas do discurso de aceitação de Kamala Harris na Convenção Nacional Democrata de Chicago foi de uma pobreza extrema, em meio ao clima de catarse, depois da experiência de quase morte com o colapso da candidatura octogenária de Joe Biden e repercussão da foto ‘Iwo Jima’ pós-ataque contra Trump.

Enquanto os líderes da China e da Rússia, em consonância com o clamor dos tempos, têm assinalado que o mundo passa por enormes transformações, que conduzem à superação da ordem unilateral sob o tacho de Washington, e convocado à democratização das relações internacionais e dos frutos do desenvolvimento, sob soberania e respeito mútuo, que Pequim sintetizou sob a forma de “uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade”, a novícia Kamala aferrou-se à versão mais rasteira da “cidade brilhante na colina”, a obsessão ianque pelo “excepcionalismo”.

Noves fora, traduzido pela candidata na promessa de que a América sempre terá “a força de combate mais forte e letal do mundo”.

Uma afirmação um tanto prejudicada pela retirada de Cabul, que a muitos lembrou outra, a de Saigon. Mas foi com essa apreciação que Kamala anunciou ao mundo seu horizonte quanto à relação com os demais povos.

A irrupção de um mundo em que o imperialismo seja escanteado, rumo à lata de lixo da história, e onde a desdolarização avança, para a substituída em 5 de novembro de Biden pode ser reduzida à promessa de que ela irá garantir que “lideremos o mundo para o futuro no espaço e na inteligência artificial” e que a “liderança global” continuará com os EUA e não a China.

### A RÚSSIA MALVADA

Quanto à Rússia, a substituta de Biden se gabou de ter “cinco dias antes de a Rússia atacar a Ucrânia” se encontrado com Zelensky para “avisá-lo sobre o plano da Rússia de invadir”.

Ainda segundo ela, “ajudei a mobilizar uma resposta global — mais de 50 países — para nos defender da agressão de Putin” e prometeu “como presidente, permanecer firme com a Ucrânia e nossos aliados da Otan”.

Como Kamala é da área do Direito, talvez fosse de bom tom o presidente Biden, que andou dando uma mãozinha no golpe de Kiev de 2014, ter contado a ela que a história é um pouco mais complexa, tendo até lugar para uma diretoria para o filho Hunter numa empresa de gás ucraniana. E que o regime alinhado à CIA perseguiu os ucranianos de ascendência russa, que se revoltaram e iniciaram a libertação do Donbass, houve acordos negociados em Minsk para pacificação, que foram desrespeitados, e que a Rússia só interveio quando era iminente uma operação de expulsão da população de fala russa.

Antes disso, a Rússia propusera aos EUA e à Otan que fosse restabelecida a segurança mútua na Europa e respeitada a neutralidade da Ucrânia, e uma moratória para manter o Tratado de Proibição das Armas Intermediárias na prática, mesmo após ter sido revogado sob o governo Trump. Após a invasão, Ucrânia e Rússia chegaram praticamente a um acordo de manutenção da neutralidade, em negociações em Istambul, que foram a pique com a ida do então primeiro-ministro britânico para comunicar a Zelensky que era pra manter a guerra de qualquer jeito, essa era a ordem de Washington.

Mas para Kamala, não foi a ameaça de volta da situação de quase guerra nuclear que houve nos anos 1980 no teatro europeu que motivou a Rússia, mas o “incentivo de Trump”.

Isso sem falar na guerra econômica dos EUA, acompanhada pelos satélites europeus, com sanções destinadas a por a Rússia de joelhos, tiro que saiu pela culatra, e quem entrou em crise aberta foi a economia europeia.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Ali Ta'ima é o 163º jornalista palestino assassinado na barbárie perpetrada por Israel

O sindicato dos Jornalistas da Palestina (SJP) denuncia o assassinato do jornalista Ali Ta'ima nesta segunda-feira (26). Ta'ima foi vítima de um bombardeio sobre a região de Mawasi (antes denominada pelas tropas de assalto de Netanyahu como “segura” para os palestinos de Gaza).

Com o assassinato dele, o número de jornalistas mortos no genocídio israelense chega a 163 desde o início do morticínio em 8 de outubro de 2023.

O SJP informa que Ta'ima, de 39 anos, estava trabalhando como câmera para a TV Awda e foi atacado quando estava no interior de um carro durante sua atividade jornalística.

O sindicato destaca que “esta morte confir-

ma a persistência das forças de ocupação de Israel em continuar elevando o recorde sangüinário na matança de jornalistas palestinos, cometendo o maior massacre de contra o jornalismo na história mundial”.

O SJP enfatiza que o massacre em andamento contra os jornalistas palestinos na Faixa de Gaza e em todos os territórios palestinos requer uma intervenção firme e decidida da comunidade internacional e da ONU tomando medidas imediatas para fazer com que estes crimes sem precedentes contra a imprensa pelas tropas de ocupação e para garantir a segurança aos jornalistas conforme previsto nas leis humanitárias e relevantes convenções internacionais.



# A herança de Getúlio é o Brasil (1)

[O texto abaixo serviu de base à intervenção do autor no debate “**Getúlio Vargas – 70 anos da vida para a história**”, realizado no dia 24 de agosto, no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, na sede da Umes, em São Paulo.]

CARLOS LOPES

**G**ostaria de expressar a minha satisfação por estar, hoje, aqui, com meu velho amigo Beto Almeida, nesta homenagem a Getúlio Vargas.

Especialmente pelo fato de estar falando para um público majoritariamente jovem – o que significa a essência do Brasil. Nós, que somos a geração que está se despedindo, sabemos disso muito bem.

Alguns anos atrás, eu e um amigo saíamos da redação da **Hora do Povo**, depois de uma noite de trabalho, quando ouvi, desse amigo, uma pessoa muito inteligente, uma observação, não sei dizer se instigante ou intrigante. Disse ele: “um dia vamos ter que explicar porque as duas figuras maiores da nossa história – Santos Dumont e Getúlio Vargas – se suicidaram”.

Guardei essa observação na memória e ela me incomodou durante muito tempo. Aliás, me incomoda até hoje. O máximo que avancei e posso dizer hoje é que esses homens eram de uma tal grandeza que consideravam a sua pátria muito maior do que a si mesmos. Portanto, em determinado momento, puderam deixar de existir por sua própria vontade – desde que a pátria continuasse, ou, mais precisamente, fosse a sua própria continuidade.

Eu havia planejado começar exatamente por aí a minha intervenção de hoje, ou seja, pelo fim da vida física de Getúlio. Quando pensei nisso, ainda não havia visto o filme que acabamos de exibir. Depois de vê-lo, descobri que a ideia dos seus autores foi a mesma.

Começamos, então, pelo documento final, aquele no qual Getúlio Vargas resumiu sua vida e a História do Brasil – talvez porque os dois fossem a mesma coisa. Esse é o sentido da Carta-Testamento, talvez o mais impressionante libelo anti-imperialista já escrito:

*“Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadearam sobre mim.*

*“Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.*

*“Sigo o destino que me é imposto. Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurarei o regime de liberdade social.*

*“Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a Justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.*

*“Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que*



*destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.*

*“Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado.*

*“Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre ao vosso lado.*

*“Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência.*

*“Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate.*

*“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”*

Gostaria, então, de me concentrar numa questão que, posteriormente, como consequência da política de Getúlio após a Revolução de 30, seria abordada por muitos estudiosos.

Particularmente Nelson Werneck Sodré, em seu livro **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil** (Oficina de Livros, 1990), onde examina, entre outras questões, a época de Vargas, levantou que o desenvolvimentismo sem o seu aspecto nacional de ser desenvolvimentismo, pelo menos no sentido mais progressista da palavra.

Em suma, desenvolvimentismo, ou é nacional-desenvolvimentismo, ou é desenvolvimentismo nacional, ou acaba por ser submissão à metrópoles externas. É aí que Werneck vê a diferença essencial entre a política de Getúlio e a política posterior, do governo Juscelino Kubitschek.

Tal diferença também foi



**O programa inicial da revolução já havia sido esboçado por Getúlio no discurso de apresentação da Aliança Liberal. Era todo um plano de reconstrução do país (...) Esta obra assentava-se em quatro pilares, os quais implicavam na mobilização do povo, na promoção dos trabalhadores a personagens decisivos da História nacional, no desenvolvimento da indústria e em utilizar os recursos internos como mola propulsora do crescimento.**

vista por Jacqueline A. H. Haffner em **A CEPAL e a Industrialização Brasileira (1950-1961)** (EDIPUCRS, 2002), embora com outro viés.

Mas, se é assim – e nós achamos que é – qual foi a ação inicial de Getúlio? Tal como sabemos por seus discursos e escritos na época em que era governador do Rio Grande do Sul, ele dera muita importância ao crédito.

Ao contrário de outros governantes, tão fixados naquele velho ditado de Antonio de Oliveira Salazar, segundo o qual somente seria possível gastar o que se arrecada, Getúlio sabia que todo operário, todo cidadão, recorre ao crediário quando lhe falta dinheiro líquido à vista. Se todo operário assim o faz, mais ainda a máquina pública, a máquina do Estado, pode fazer.

Porém, essa descoberta – ou essa crença – não bastava para resolver os problemas que infernizavam o país no final da década de 20 do século XX.

Em 10 de novembro de 1930, quando, ao chegar ao Rio de Janeiro, entrou no Palácio do Catete, o Brasil estava economicamente arrasado por décadas de submissão aos banqueiros externos – sobretudo ingleses – e pelos privilégios à oligarquia cafeeira, que antes detinha o poder.

Desde o governo Campos Sales (1898-1902), o Brasil trabalhava para pagar juros à banca londrina. Com o “Convênio de Taubaté”, em fevereiro de 1906, pelo qual o governo de São Paulo, tendo como avalista o governo federal, foi autorizado a contrair diretamente empréstimos no exterior para garantir os lucros – e, sobretudo, cobrir os prejuízos – da oligarquia cafeeira, a dívida pública passou a ser monstruosa. Com toda a sangria desatada a partir de Campos Sales, a dívida passou de 30 a 90 milhões de libras esterlinas entre 1889 e 1910. Eram, em

sua maioria, empréstimos externos pagos pelo Estado, ou seja, pelo trabalho de toda a população, para beneficiar apenas o pequeno setor que detinha o poder. Ao mesmo tempo, esse endividamento financiava a vasta enxurrada de importações, impedindo o desenvolvimento da indústria nacional.

Somente a barreira às importações devida à I Guerra Mundial (1914-1918), que trouxe como consequência algum desenvolvimento da indústria interna, adiou a crise terminal da República Velha. Terminada a guerra, e restaurada a política econômica da oligarquia, já em 1921, com a queda nos preços internacionais do café, a economia entrou em colapso. A solução do governo Epitácio Pessoa foi a de sempre: mais empréstimos aos bancos ingleses para evitar os prejuízos da oligarquia, fazendo com que o povo pagasse por eles.

Não por acaso, no ano seguinte irromperia o primeiro levante tenentista, o do Forte de Copacabana.

Tres anos depois, em 1924 – ano da revolução de 5 de julho, em São Paulo, e do início da Coluna Prestes –, o país estava outra vez quebrado e assolado pelo berdo pelos pagamentos da dívida. Os bancos ingleses, diante da possibilidade de deixarem de receber seus juros, exigiram a privatização das estatais então existentes, o Banco do Brasil e a Central do Brasil. Queriam o patrimônio público brasileiro, que, apesar de ainda incipiente, era muito mais concreto do que a espera por receber juros de um país devastado por eles mesmos e seus sequazes internos. Apavorados com a possível inadimplência do país, os bancos externos queriam esse patrimônio sem conceder novos empréstimos, o que fez com que a oligarquia cafeeira apoiasse a recusa do governo – no qual, eventualmente, estava um presidente, o mineiro Artur Bernardes, que não era seu direto representante – contra as exigências inglesas.

No entanto, com Washington Luiz, sucessor de Bernardes, a oligarquia cafeeira terá um presidente seu. Não deixa de ser cômico que alguns epígonos tardios da oligarquia tentassem passar o autoritarismo doentio de Washington Luiz como prova de sua independência. Sua vida política foi, na verdade, a de um adesista.

Nascido em Macaé, no interior do Estado do Rio de Janeiro, numa família de escravocratas que forneceu a Império um ministro da Fazenda e outro do Exterior, Washington Luiz, após a República, tornou-se repu-

blicano, transferindo-se para São Paulo.

Lá, foi a princípio opositor feroz da oligarquia cafeeira, em especial de Campos Sales e Rodrigues Alves, mas, depois que, em 1900, não teve sua eleição a deputado reconhecida – na República Velha não bastava ser eleito: para tomar posse era necessário ter o mandato reconhecido por uma comissão, naturalmente composta por partidários do governo – e após seu casamento com a filha de um dos maiores cafeicultores do país, Washington Luiz aderiu completamente à oligarquia, sua política, seu esbulho econômico interno e sua subversão externa.

Como presidente, sua retórica foi a da “estabilidade” – o que significava colocar o país à serviço dos bancos ingleses. A reforma monetária de 1926, apresentada pelo seu futuro candidato a sucessor, Júlio Prestes, tinha explicitamente esse objetivo.

Essa política contou, no entanto, com a oposição do outro Estado decisivo da federação, Minas Gerais. Daí a tentativa de usar o Rio Grande do Sul como contrapeso a Minas, com a nomeação de Getúlio Vargas para ministro da Fazenda. Getúlio, que havia de início recusado o cargo, tentou estabelecer uma política cambial de incentivo às exportações e de barreira às importações, favorecendo o desenvolvimento da indústria. Mas não ficaria senão um ano no Ministério. Exonerou-se em dezembro de 1927, e, em seguida, assumiu o governo do Rio Grande do Sul.

2

Havia se acumulado demasiado material inflamável tanto na política quanto na economia. A partir de 1925 as exportações de café haviam estagnado, enquanto a produção interna crescia 100%, com a formação de imensos estoques – em 1929 o valor deles atingia 10% do PIB brasileiro – comprados pelo governo com os empréstimos externos. Enquanto isso, entre 1920 e 1929 as importações cresceram 100%, mas as exportações somente 10%.

No último trimestre de 1929, quando explodiu a crise do capitalismo mundial, o preço do café, e com ele a economia do Brasil, despencaram no abismo: em seis meses, de 22,5 centavos de dólar por libra [1 libra=0,45 kg], o preço do café caiu para 8 centavos de dólar por libra.

Em poucos meses, com a manutenção da política de “valorização” do café – isto é, a compra pelo governo dos encalhes, com a formação de gigantescos estoques –, no

**1954: o povo, no Rio de Janeiro, acompanha o féretro de Getúlio, em sua última viagem**

mesmo momento em que secavam os empréstimos externos e os banqueiros ingleses em pânico passavam a cobrar a dívida, as reservas cambiais brasileiras desceram a zero.

Quando Getúlio entrou no Catete, o país não contava com um único centavo de reservas monetárias.

Como consequência da crise, a desvalorização da nossa moeda provocou uma alta generalizada nas mercadorias importadas, com uma explosão de falências, desemprego, miséria e fome, num país já exangue com uma crise interna que vinha desde o início da década de 20.

Apesar disso, a política do governo Washington Luiz foi a de tentar assegurar à oligarquia cafeeira a continuação do paraíso artificial em que vivia às custas da coletividade. Acabadas as reservas monetárias, lançou mão das reservas em ouro para pagar aos bancos externos.

Esta foi a base econômica do rompimento da política do “café com leite”, que revezava oligarcas paulistas e mineiros na Presidência da República, e da Revolução de 30.

O programa inicial da revolução já havia sido esboçado por Getúlio no discurso de apresentação da Aliança Liberal. Era todo um plano de reconstrução do país, reiterado, após a Revolução, em seu discurso de posse. Significava a unidade de todas as forças do país – daí a anistia aos perseguidos pela República Velha; a construção de um Estado Nacional, um Estado que representasse o conjunto do povo, para realizar as suas aspirações e a sua vontade; um novo modelo econômico, centrado no mercado interno, com exceção das “sobras exportáveis”, isto é, do que excedesse as necessidades internas; o amparo à produção nacional; o fim dos privilégios aos monopólios privados estrangeiros; a regulamentação das relações trabalhistas; e um plano geral de transportes – naquela época, a comunicação entre os vários pontos do país era, ainda, realizada principalmente pela navegação costeira.

Esta obra assentava-se em quatro pilares, os quais implicavam na mobilização do povo, na promoção dos trabalhadores a personagens decisivos da História nacional, no desenvolvimento da indústria e em utilizar os recursos internos como mola propulsora do crescimento.

*Continua na próxima edição*